



Escola Inclusiva: garantia de acessibilidade e aprendizagem?

Inclusive School: guarantee of accessibility and learning?

Jacyellen Maciel da Silva¹
Odiléia de Souza Batista²
Thaís Fernandes de Amorim^{3*}

^{1,2,3} Universidade Federal Rural da Amazônia - Campus Tomé-Açu - UFRA/PA

*Autor Correspondente: thais.amorim@ufra.edu.br

RESUMO: O debate acerca de educação especial e inclusiva é recorrente no âmbito educacional, contudo ainda é mal compreendido e ineficaz. Continua sendo um desafio para a escola e seus profissionais compreenderem a real dimensão do tema e se adaptarem ao modelo de escola inclusiva. O presente trabalho visa refletir sobre a importância de inclusão e propor pensar em uma escola onde o ensino e a aprendizagem sejam abertos às diferenças. A metodologia se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e base teórica em Scotto (2018), Carvalho (2003), Mantoan (2003), posto que ambos discutem a questão da inclusão e de escola como um lugar de diversidade. Podemos perceber como a Educação inclusiva ao longo do tempo teve seus avanços, mas que ainda se tem muito a evoluir.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Ensino. Diversidade.

ABSTRACT: The debate about special and inclusive education is recurrent in the educational field, however it is still poorly understood and ineffective. It remains a challenge for the school and its professionals to understand the real dimension of the theme and adapt to the inclusive school model. The present work aims to reflect on the importance of inclusion and propose to think about a school where teaching and learning are open to differences. The methodology was based on a bibliographical research and theoretical basis in Scotto (2018), Carvalho (2003), Mantoan (2003), since both discuss the issue of inclusion and school as a place of diversity. We can see how inclusive education over time has had its advances, but there is still a lot to evolve.

KEYWORDS: Inclusion. Teaching. Diversity.

1 Introdução

Considerando a recorrência de falas distorcidas acerca da educação especial e/ou inclusiva, é pertinente levantar questões e debates sobre, e sobretudo, saber diferenciá-las.

O conceito de educação inclusiva surgiu com a declaração de Salamanca em 1994, cuja proposta seria que crianças com necessidades especiais fossem incluídas em escolas de ensino regular, o que preconiza que nenhuma criança deva ter uma educação separada de outra criança por ser portadora de alguma deficiência.

“Todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais emocionais, linguísticas etc. Devem acolher crianças com deficiências e crianças bem dotadas, crianças que vivem em ruas e que trabalham, crianças de população distinta ou nômade, crianças de minoria linguísticas, étnicas, ou culturais, crianças de outros grupos ou zinas desfavorecidas ou marginalizadas” (CORDE, 1999.P 17).

Com a declaração, o conceito de educação inclusiva passou a ser mais necessário e abrangente, incluindo muito além das pessoas com necessidades especiais. Dessa forma, é importante ressaltar que a educação inclusiva precisa garantir a aprendizagem para todas as pessoas.

A educação especial propõe que alunos exclusivamente portadores de necessidades especiais, isto é, alguma deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento recebem um atendimento especializado e a educação inclusiva é onde por meio do ensino regular aquele aluno com necessidade especial deve ser inserido. Para tanto, a escola venha adaptar-se ao aluno e não o aluno adaptar-se a escola, é onde a ideia de que esse aluno deve ser separado do aluno dito “normal” é resignificada. Para que haja essa inclusão é necessário se pensar uma série de fatores como: professor com formação continuada adequada para tal, espaço escolar fisicamente acessível, sala com recursos multifuncionais, entre outros.

Neste sentido Scotto (2018) afirma que:

Educação inclusiva exige o atendimento a Necessidade Especiais, não apenas dos portadores de deficiências, mas de todas as crianças. Implica trabalhar com a diversidade de forma interativa – escola e setores sensíveis. Deve estar orientada para o acolhimento, aceitação, esforço coletivo e equiparação de oportunidades de desenvolvimento. Requer que as crianças portadoras de necessidades especiais saiam da exclusão e participem de classes comuns. Para isso, é necessário um diagnóstico cuidadoso que levante as necessidades específicas de cada criança. (SCOTTO, 2018, p.91).

Assim, a escola precisa adotar metodologias eficazes para que de fato esse aluno seja e sinta-se incluído, afinal de que vale o aluno ter seu direito legal de frequentar a escola, se na maioria das vezes é tratado como invisível dentro da sala de aula, se não há um espaço físico ou atividades adaptadas para suas expectativas? Para Facion (2009, p.203), inclusive, “Incluir não é simplesmente

levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino regular. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão”.

2 Materiais e Métodos

A presente pesquisa configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, onde buscou-se argumentos para mostrar que a educação inclusiva merece ser discutida com argumentos sólidos. Para tanto, pesquisamos artigos já publicados e optamos por traçar reflexões pautadas nos trabalhos de Scotto (2018), Carvalho (2005), Mantoan (2003), (2004), Lima (2006), Beyer (2006) dentre outros.

3 Referencial teórico

Na antiguidade, em meados do século XVII e XVIII, as pessoas com alguma deficiência eram vistas como aberrações, sofriam preconceito e eram excluídas, sobretudo na educação, não tinham sequer direito ao sistema regular de ensino.

Os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões, dentre outros tipos de instituições que os tratavam como anormais, “[...] na antiguidade as pessoas com doença mental, física e sensorial, eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas.” (BRASIL, 2001).

No século XIX, fase da institucionalização especializada, esses indivíduos foram segregados em suas residências, uma educação longe das escolas; já no século XX, começaram a ser valorizados por meio de movimentos sociais em busca de uma sociedade inclusiva e o fim da discriminação. No Brasil, o marco da Educação especial ocorreu com a criação de duas instituições: Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant -IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação- INES, os dois no Rio de Janeiro.

Mesmo com todo os avanços na educação e na sociedade, a ideia de preconceito e exclusão persiste. Beyer (2006) reforça, inclusive, que pessoas com necessidades especiais mencionam que o maior desafio é o sentimento de rejeição explícita ou mascarada sob forma de tolerância. A esse respeito, Carvalho (2004, p.29) afirma que: “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos”. E que a educação inclusiva visa remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando todas as formas de acessibilidades e de apoio, de modo a assegurar, garantir (via projetos políticos pedagógicos). Tomar as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedidas na escola.

Esse processo é uma barreira de difícil transposição. É necessário que se tenha políticas reflexivas, buscando entender o aluno, suas necessidades e expectativas. O papel do professor é muito importante nesse processo,

pois é ele que vai mediar, e sempre tentar construir novas propostas de ensino, atuar com um olhar diferente em sala de aula, adotando um papel de facilitador para incluir todos, e principalmente aquele aluno que tem mais dificuldade, promovendo o tão almejado ensino igualitário e longe de desigualdade.

Para Lima (2006), tal inclusão é o modo ideal para garantir igualdade de oportunidade e permitir que os alunos com deficiência possam se relacionar com outros e construir uma sociedade mais igualitária e consciente da necessidade de inclusão. O que vem ao encontro da fala de Mantoan (2003, p 33), que nos diz que “incluir é, não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja ensinar a todas as crianças indistintamente. O papel da educação inclusiva é fazer com que todos esses alunos possam aprender juntos e assim poder conviver de maneira harmoniosa”.

Para o autor, educar para a inclusão consiste em rever paradigmas e quebrar preconceitos. É necessário uma mudança no modelo educacional, e sobretudo respeito. É preciso repensar as práticas educativas.

4 Conclusões

Percebemos que para que se possa ter a garantia do aprendizado de todos os alunos no ambiente escolar, é preciso que se faça da inclusão uma realidade, pois sabemos que os desafios são vários e que ainda há um vasto caminho a ser percorrido.

Felizmente, há inúmeros projetos já desenvolvidos, tais como o método PECSe programas como ABA e TEACCH no caso de alunos com TEA. Com isso, se espera que essas dificuldades possam ser minimizadas e que o respeito e fim desse preconceito possam de fato acontecer.

Fontes de financiamento: não houve fonte de financiamento.

Conflitos de interesse: os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Referências

BEYER, O.H. **Da integração escolar a educação inclusiva:** Implicações pedagógicas, In. BAPTISTA, C, est. L (org) . Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas: Porto Alegre: Mediação; 2006.

BRASIL. Congresso Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Brasília: Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2001.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

LIMA, P.A. **Educação inclusiva e Igualdade social**. São Paulo. Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes 2008.

SCOTTO, Arlete. **A inclusão escolar na rede de ensino estadual (2008)**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004. Acessado em 17 jul. 2021.